

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE VALOR NOS PAÍSES DEPENDENTES: UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

PEREIRA, Lilian Prado²

Resumo: Este trabalho tem por objetivo oferecer uma contribuição às discussões atuais dentro da Teoria Marxista da dependência (TMD) sobre a questão da transferência de valor dos países dependentes para os países centrais abordando a questão de forma multidisciplinar. Começamos pela origem da Teoria da Transferência Geográfica de Valor entre países subdesenvolvidos e países desenvolvidos na obra de Ernest Mandel e Edward Soja, para então passarmos para a tese da transferência de valor entre os teóricos que se dedicam ao estudo da Teoria Marxista do Valor. Em seguida passamos à transferência de valor na Teoria Marxista da Dependência, apresentando-a como um de seus pressupostos, para finalmente tratar das formas em que as transferências de valor ocorrem na atualidade. Concluímos o trabalho apontando para as novas formas de organização social geradas pela ocorrência da transferência de valor no território nacional dos países dependentes, onde as classes sociais mais elevadas se organizam para obter vantagens com o sistema que esse contexto econômico e social estabelece e reafirmando que as transferências de valor são a característica estrutural que mantém os países latino-americanos dependentes de investimentos externos, não sendo uma exceção que atingiu os países periféricos, pelo contrário, são a base do capitalismo.

Palavras-chave: Dependência. Transferência de valor. Teoria Marxista da Dependência.

Abstract: This paper aims to contribute to the current discussions within the Marxist Theory of Dependency on the subject of transfer of value from the dependent countries to the central ones. We began with the origin of the Theory of Geographic Value Transfer between

¹ O presente artigo é resultado da pesquisa realizada durante o mestrado, defendida em formato de dissertação no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP).

² Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Membro do Núcleo de Estudos do Capitalismo Dependente (NECAD) e Assistente de Pesquisa no NAP-CERU/USP. E-mail: lilian.pereira@usp.br.

underdeveloped and developed countries in the work of Ernest Mandel and Edward Soja, and then moved on to Theory of Value Transfer between the Marxists researchers of the Marxist Theory of Value. Next, we presented the transfer of value in the Marxist Theory of Dependence presenting it as one of its presuppositions, to finally consider the forms in which the transferences of value occur in the present time. We conclude this work by pointing out to the new forms of social organization generated by the occurrence of the transfer of value in the national territory of the dependent countries, where the higher social classes are organized to obtain benefits with the system that this economic and social context establishes, and reaffirming that the transfer of value is the structural attribute that keeps the Latin American countries dependent from foreign investments, not being an exception that affected the peripheral countries, on the contrary, they are the basis of capitalism.

Keywords: Dependency. Transfer of value. Marxist Theory of Dependence.

Tanto nos trabalhos da primeira geração de teóricos da Teoria Marxista da Dependência (TMD), como nos trabalhos mais recentes que se dedicaram à questão da dependência, a transferência de valor é um tema central, uma das características principais do capitalismo dependente latino-americano. A transferência de valores dos países dependentes para os países centrais é o fator estrutural do sistema capitalista que faz com que o excedente de capital produzido nos países periféricos não possa ser neles realizado, tornando-os permanentemente dependentes de recursos externos para manter seu desenvolvimento econômico.

Como afirma Edward Soja, “*o capitalismo – ou, se preferimos, a atividade normal dos capitalistas em busca de lucros – baseia-se, intrinsecamente, nas desigualdades regionais ou espaciais*” (SOJA, 1993, p. 132)” e, quanto às transferências de valor, mantém-se na mesma direção, dos países dependentes para os países centrais. As transferências de valor têm um viés geográfico, elas são uma característica estrutural da condição de dependência que permeiam as relações entre os países no mercado mundial e aprofundam cada vez mais

as disparidades regionais. O desenvolvimento geograficamente desigual, que promove as transferências geográficas de valor,

[...] não significa apenas deslocamentos aleatórios ou constantes, mas é estruturado sistematicamente, o efeito agregado dessas transferências de valor é a acumulação ampliada nas regiões centrais e uma drenagem das periferias. (SOJA, 1983, p. 68).

O termo transferência geográfica de valor foi usado pela primeira vez por Edward Soja (1983), em obra em que se baseia na obra de Ernest Mandel, para tratar da troca desigual baseada na diferenciação regional.

Mandel não trata diretamente da transferência geográfica do valor, ele trata principalmente da obtenção de superlucros, que seriam todos os lucros superiores à taxa de lucro social média (MANDEL, 1982, p. 234), ou seja, um lucro que é obtido por um capitalista às expensas de uma transferência de renda de seus concorrentes para si. Para Mandel, os superlucros (ou lucros extraordinários) são a motivação que têm os capitalistas para investir e foram as principais fontes de exploração das colônias pelas metrópoles.

Apesar de não falar diretamente das transferências de valor em sua acepção geográfica, fica claro na obra de Mandel (*O capitalismo tardio*) que as transferências de valor têm uma direção única, das periferias para as metrópoles. O autor apresenta uma imagem bastante contundente do processo ao dizer que o mercado mundial funciona como um sifão, um instrumento que garante que o fluxo seja direcionado somente para um dos lados, impedindo que a sua direção se altere.

[...] o mercado mundial também continua funcionando como um sifão, transferindo não só a mais-valia crescente, mas também a mais-valia capitalizada, isto é, capital, das semicolônias para as metrópoles. (MANDEL, 1982, p. 262).

Soja, apresentando essas transferências geográficas do valor (TGV), dá nome às transferências de valor unidirecionais da periferia para o centro do sistema capitalista, às quais o autor credita a um desenvolvimento geograficamente desigual “*tão claramente visível e inevitavelmente presente*”

Para Soja (1983), a espacialidade capitalista sempre será geograficamente desigual porque seus elementos particulares nunca estão distribuídos de forma uniforme pelo espaço geográfico, ou seja, o capitalismo se desenvolve de forma desigual sobre o espaço criando uma estrutura hierárquica de desenvolvimento geograficamente desigual causada por diferenciações regionais nas combinações de diversas variáveis como a produtividade do trabalho, as taxas de lucros, a composição orgânica do capital, os níveis de salário, os custos da reprodução da força de trabalho, os níveis tecnológicos e a mecanização das indústrias, a organização do trabalho e a incidência da luta de classes.

Esses diferenciais são mantidos pela distribuição desigual dos investimentos, da infraestrutura social e da concentração dos centros de controle da mão-de-obra e dos meios de produção (SOJA, 1993) e produzem estruturas de diferenciação no desenvolvimento geográfico em diferentes escalas: mundial, regional, nacional e mesmo dentro de um mesmo espaço geográfico entre a cidade e o campo.

Algumas áreas obtêm lucro líquido em termos de valor, enquanto outras incorrem num prejuízo líquido, e isso tem um certo efeito na geografia da acumulação, na formação de centros e periferias em todas as escalas espaciais (SOJA, 1989, p. 139).

A transferência geográfica do valor, como um produto desses elementos inter-relacionados, deve ser entendida como consequência do desenvolvimento desigual do capitalismo no tempo e no espaço que faz com que o valor produzido em uma região seja realizado, pelo menos em parte, em outro local. A transferência geográfica de valor é *“precisamente um agrupamento de condições de produção inter-relacionadas, as quais definem centro e periferia”* (SOJA, 1983, p. 67) e está vinculada diretamente aos processos que permitem a acumulação ampliada nas regiões centrais e a drenagem de recursos das periferias. Ela implica que a produção, realização e acumulação se distanciem e aconteçam com regularidade em locais diferentes, não raramente em países diferentes, promovendo que países centrais e periféricos (ou dependentes) se

distanciem cada vez mais.

O conceito de transferência geográfica de valor é um conceito que cobre um amplo conjunto de meios e mecanismos que desviam os valores produzidos em uma área para outra, dos países dependentes para os países centrais ou de regiões menos desenvolvidas para regiões mais desenvolvidas dentro de um mesmo país e, neste ponto, converge com as ideias da TMD ao dar ao capitalismo uma geografia concreta e demonstrar a impossibilidade de desenvolvimento para os países dependentes dentro do sistema capitalista.

1. Transferência de valor na Teoria Marxista do valor¹

A Teoria Marxista do Valor tem por objetivo entender a produção da riqueza capitalista, o que Marx (2013) define logo no primeiro parágrafo de “O capital” como o conjunto de mercadorias disponível na sociedade. “*A riqueza da sociedade onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’*” (MARX, 2013, p. 113).

Essa coleção de mercadorias é produzida pela transformação do dinheiro acumulado pelo capitalista em meios de produção (capital fixo – c) e força de trabalho (capital variável – v) direcionados para a produção de mercadorias cujo valor final é maior do que o valor investido.

A transformação de uma quantia de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro movimento realizado pela quantidade de valor que deve funcionar como capital. Ela age no mercado, na esfera de circulação. A segunda fase do movimento, o processo de produção, é concluída assim que os meios de produção estão convertidos

¹ A tese da transferência de valor em Marx, que tratamos nessa seção, não é uma posição unânime entre os estudiosos marxistas. Existe também uma corrente de pensamento marxista que defende a tese do trabalho potenciado, afirmando que não existe transferência de valor, mas sim a produção de mais ou menos valor por uma determinada empresa de acordo com o seu nível de produtividade. Entretanto, não entraremos nesta questão neste trabalho. Para mais informações sobre essa discussão, ver BORGES NETO, J. M. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. *Crítica Marxista*, São Paulo, n.33, p.83-104, 2011 e LEITE, L. M. Uma polêmica sobre o Livro I do Capital de Marx: produtividade, trabalho potenciado e transferência de valor. **Blog Esquerda Online**, 2 nov. 2015.

em mercadorias cujo valor supera o valor de suas partes constitutivas e, portanto, contém o capital originalmente adiantado acrescido de um mais-valor (MARX, 2013, p. 639).

O capital não é, então, simples quantia acumulada “ (...) *não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas* (MARX, 2013, p. 836). Ele só pode ser chamado de capital quando é investido na produção de mercadorias com a finalidade exclusiva de gerar lucros por meio da exploração da força de trabalho dentro de uma sociedade capitalista.

O dinheiro acumulado, transformado em capital no processo produtivo, é então investido na fabricação de mercadorias com destino à troca. Essa troca só é possível por meio da comparação entre os valores das mercadorias produzidas que chamamos de valor de troca. O valor de troca nada mais é do que o poder de compra de uma determinada mercadoria com relação às outras e está relacionado à quantidade de riqueza que a sociedade capitalista reconhece que foi despendida para que ela pudesse ser concluída.

O valor é uma propriedade da mercadoria, adquirida socialmente na sua fabricação que, para Carcanholo (2005), se traduz no poder de atração que a mercadoria produzida exerce sobre as outras mercadorias e que permite que ela seja trocada.

Assim, poderíamos concluir de tudo isso dizendo que a magnitude do valor de uma mercadoria determina a grandeza da riqueza social que ela representa e mede a riqueza produzida socialmente no instante de sua produção. (CARCANHOLO, 2005, s.p.).

O valor é impresso na mercadoria por meio do trabalho humano e também pelos meios de produção despendidos no processo de fabricação. Entretanto, o valor recebido pelos meios de produção não foi criado neste ciclo do capital, é um valor que já havia sido a eles adicionado na fabricação e que eles transferem para a mercadoria durante o processo de produção na medida em que se desgastam. A mais-valia (que posteriormente conformará o lucro do investidor) é o valor que foi realmente produzido neste processo e procede do capital variável (força de trabalho), único produtor de valor.

Assim, podemos dizer que tanto o capital constante quanto o capital variável transferem valor para a mercadoria, mas somente o capital variável pode produzir valor neste processo. Temos então que o valor da mercadoria pode ser dividido em três partes: a) o valor do capital constante (meios de produção); b) capital variável (mão-de-obra) e c) mais-valia (ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS, 1961). Dos três, o único valor realmente criado no processo de produção é a mais-valia, que é gerada pelo dispêndio de trabalho humano durante o processo de produção,

O valor transferido para a mercadoria pelo capital variável, que não foi produzido no processo de elaboração da mercadoria, consiste no valor da mão-de-obra, ou seja, os salários pagos aos trabalhadores que atuaram para a sua produção. Esse valor da força de trabalho é determinado pelos meios necessários à subsistência do trabalhador na sociedade em que vive e, embora possa variar de acordo com o local e a época em que se encontra o trabalhador, é dado pela sociedade em conjunto e, por isso, Marx (2013) o trata como um valor constante dentro de uma determinada sociedade.

O valor dos meios de subsistência necessários para a manutenção e reprodução da mão-de-obra consistem assim em um valor social que leva em consideração tudo o que é necessário para a manutenção do trabalhador e sua família na época e sociedade em que vivem. Como trata de um valor dado socialmente, e não biologicamente, pode incluir em uma determinada sociedade itens que em outra seriam considerados supérfluos. O valor necessário ao trabalhador de uma determinada sociedade para o sustento de sua família depende do modo de vida da sociedade como um todo e só é alterado na medida em que o valor desses itens básicos para sua manutenção e reprodução se alterem.

Já o valor transferido para a mercadoria por meio do capital constante consiste no valor consumido dos meios de produção (máquinas, matérias-primas e instalações) que não se perdem, mas são conservados e transferidos ao produto fabricado (MARX, 1982, p. 605).

O valor efetivamente criado, e que é apropriado pelo capitalista, é então medido pela quantidade de trabalho humano despendido na produção

172 PEREIRA, L. P. Considerações sobre a transferência de valor... da mercadoria e, para que possa ser calculado, deve ter como medida o trabalho humano abstrato (ou trabalho socialmente necessário) categoria cujas especificidades tratamos a seguir.

1.1. Trabalho abstrato ou socialmente necessário

Mas o que é o valor de uma mercadoria? A forma objetiva do trabalho social gasto em sua produção. E como medimos a grandeza do seu valor? Pela grandeza do trabalho nela contido (MARX, 2013, p. 605).

Marx (2013) afirma que todas as mercadorias têm uma substância comum, que é o que lhe dá valor e permite que sejam intercambiadas, que é o trabalho. Este trabalho que transfere à mercadoria valor não pode ser medido pelo trabalho individual uma vez que cada empresa capitalista atua com diferente produtividade e tempos iguais de trabalho individual podem produzir diferentes quantidades de mercadoria. O trabalho que dá à mercadoria o seu valor é o trabalho abstrato, isto é, o *“trabalho socialmente igualado na forma específica que possui numa economia mercantil.”* (RUBIN, 1987, p. 112).

A quantidade de trabalho que determina a magnitude do valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho socialmente necessário (ou trabalho abstrato) necessário para a sua produção. Essa medida *“representa a grandeza do esforço social despendido”* (CARCANHOLO, 2005, s.p.) na produção da mercadoria. Para Marx, o

Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho. (MARX, 2013, p. 117).

O trabalho socialmente necessário (ou abstrato) utilizado na produção de uma mercadoria é a substância do valor. Trata-se de uma medida quantitativa do tempo de trabalho necessário para a produção de um determinado bem sob condições normais de uma determinada sociedade, onde vigoram um grau médio de habilidade dos trabalhadores, intensidade do trabalho e desenvolvimento

O trabalho abstrato é uma medida social que não pode ser confundida com o trabalho individual, pois são conceitos de grandezas diferentes. Enquanto o trabalho individual varia de empresa para empresa, de acordo com sua produtividade, intensidade e qualificação, o trabalho abstrato é dado pelo conjunto da sociedade.

O trabalho do produtor de mercadorias mostra seu caráter social, não como trabalho concreto dispendido no processo de produção, mas apenas como trabalho que tem de ser igualado a todas as outras formas de trabalho através do processo de troca. (RUBIN, 1987, p. 144).

O trabalho de um produtor, entretanto, só se torna social a partir do momento em que é igualado ao trabalho de todos os outros produtores no momento da troca, quando a mercadoria que produziu é igualada às outras mercadorias. É somente a partir desse processo de igualação do trabalho que se pode falar de trabalho social, ou trabalho abstrato, um conceito que é social e histórico (RUBIN, 1987).

Cada empresa tem seu tempo de trabalho único para a produção de uma mercadoria, dado que os seus trabalhadores atuam com intensidade e produtividade diferentes das encontradas em outras empresas do mesmo ramo. Entretanto, se os produtos de suas diferentes quantidades de trabalho forem idênticos só podem ter a mesma quantidade de valor.

A questão a ser discutida aqui é que o tempo de trabalho que serve para o cálculo da quantidade de valor é o tempo de trabalho socialmente necessário (abstrato), e não o tempo de trabalho individual da empresa em questão. Quando Marx trata do duplo caráter do trabalho, ainda no Capítulo 1, ele trata também da possibilidade de que um aumento da massa de riqueza material ou produção de um maior número de mercadorias, no mesmo tempo pode “*corresponder a uma queda simultânea de sua grandeza de valor*” (MARX, 2013, p. 123).

O trabalho útil se torna, desse modo, uma forma mais rica ou mais pobre de produtos em proporção direta com o aumento ou a queda de sua força produtiva. Ao contrário, por si mesma, uma mudança da força produtiva não afeta

em nada o trabalho representado no valor. (...) Assim, o mesmo trabalho produz, nos mesmos períodos de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, independente da variação da força produtiva (MARX, 2013, p. 123).

Torna-se, então, possível que uma empresa mais produtiva produza mais valor de uso e, ao mesmo tempo, menos valor, uma vez que

A mesma variação da força produtiva, que aumenta a fertilidade do trabalho e, com isso, a massa dos valores de uso por eles produzida diminui a grandeza de valor dessa massa total aumentada ao reduzir a quantidade de tempo de trabalho necessário à sua produção (MARX, 2013, p. 123).

O aumento da produtividade diminui a quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, mas isso acontece na medida em que a tecnologia responsável pelo aumento da produtividade se espalha por todo o setor em questão, uma vez que o trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias não é determinado somente pela empresa mais produtiva, mas pelo conjunto de todas as empresas do ramo.

João Machado Borges Neto apresenta um exemplo visual, onde compara o mercado com uma esteira onde os produtores competem para manter seus empreendimentos lucrativos.

Podemos representar a busca de mais-valia extra a partir de progresso técnico pelas empresas como uma corrida dos representantes dessas empresas sobre uma esteira rolante que rola em sentido contrário, e com uma velocidade cujo módulo é dado pela “média social” da velocidade da introdução de progresso técnico. Se os corredores forem mais rápidos, a esteira também rolará mais depressa no sentido contrário, e eles não terão portanto qualquer vantagem. Como a esteira não pode ser parada, não haverá nunca um ganhador final, e nenhum competidor poderá parar, sob pena de ficar irremediavelmente para trás. (BORGES NETO, 2004, p. 149-150).

Essa busca por mais-valia extraordinária faz com que as empresas do mesmo ramo estejam sempre concorrendo para ficar em posição de vantagem em relação às outras empresas e com isso obter mais-valia extra.

1.2. Produção vs. apropriação de valor

À medida que vão sendo introduzidas nas empresas inovações tecnológicas sua produtividade aumenta e o tempo de trabalho individual necessário para a produção das mercadorias diminui, mas somente quando essa inovação se espalha por todo um setor o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria é reduzido. Enquanto isso não acontece, a empresa mais produtiva consegue colocar seus produtos no mercado com maiores vantagens porque, independentemente da forma como foram fabricadas, mercadorias iguais possuem o mesmo valor de troca, ou seja, atraem o mesmo valor.

A mercadoria individual vale aqui somente como exemplar médio de sua espécie. Por esta razão, mercadorias em que estão contidas quantidades iguais de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm a mesma grandeza de valor. (MARX, 2013, p. 117).

Diante deste quadro, entendemos que não é possível dizer que uma empresa com maior produtividade gere mais valor, mas sim que ela se apropria de uma maior quantidade de valor. Isso acontece porque, dentro do capitalismo, as empresas não se apropriam exatamente da mais-valia que produzem, sendo produção e apropriação duas coisas distintas que não seguem necessariamente a mesma lógica. Essa diferença entre produção e apropriação é exatamente o que possibilita as transferências de valor entre uma empresa e outra (em um mesmo setor) ou entre um ramo e outro da economia.

Ao tratar da questão da distribuição em Marx, Reinaldo Carcanholo (1981) lembra que, para Marx o âmbito da distribuição se divide em três aspectos que são a) distribuição dos meios de produção entre os distintos ramos de produção, b) distribuição dos membros da sociedade entre os ramos de produção e c) distribuição das mercadorias produzidas entre os membros da sociedade; e que, destes três aspectos, *a* e *b* fazem parte da distribuição que ocorre na produção, mas *c* se dá de forma distinta, uma vez que é focada do ponto de vista dos possuidores das mercadorias e não da sociedade como um

176 PEREIRA, L. P. Considerações sobre a transferência de valor...
todo. É esse aspecto da distribuição que é denominado apropriação e o que
queremos analisar aqui.

Para Carcanholo (1981) a distinção entre produção e apropriação é um
produto das relações particulares de produção na sociedade capitalista, um fator
histórico e não natural que não é imediatamente observável na realidade e se
torna uma armadilha para a economia burguesa que não consegue compreendê-
la por não poder distinguir corretamente os fatores que promovem a produção
dos que promovem a apropriação.

La revelación esencial consiste en que los três “factores”
de la producción (el capital, la tierra y el trabajo) son
realmente fuentes de apropiación de riqueza por parte de
sus agentes. Lo falso, lo enganoso es considerarlos a la vez
como fuentes productoras de esa riqueza (CARCANHOLO,
1981, p. 21).

Marx, nos dois primeiros livros de “O Capital”, não leva em consideração
a diferença entre produção e apropriação de mais-valia (exceto na Capítulo 10,
do Livro I, onde ele faz uma pequena explanação sobre a mais-valia extra para
explicar a mais-valia relativa). Somente no Livro III ele trata dessa diferença ao
falar da transformação de valor em preço de produção.

As mercadorias não são vendidas com base no seu valor porque, ao
mesmo tempo em que os capitais produzem mais-valia de forma proporcional
ao capital variável investido (uma vez que só o trabalho humano abstrato
produz valor), exigem participar da divisão de toda a mais-valia produzida em
proporção ao seu capital total (CARCANHOLO, 2012).

Para que isso aconteça o preço das mercadorias precisa girar em torno
do seu preço de produção, e não do seu valor, sendo o preço de produção o valor
da mercadoria transformado que expressa o volume de capital apropriado pelo
investidor ao vender sua mercadoria pelo valor do capital investido acrescido
do lucro médio.

Este lucro médio, contudo, é imposto às empresas por meio da
concorrência, já que os diferentes capitais possuem mobilidade e podem passar
de um setor menos lucrativo para outro mais lucrativo impondo assim uma taxa
média de lucro que torna inviável a continuação de empresas que não alcancem

esse retorno aos seus investidores.

O capital, porém, deixa o ramo com baixa taxa de lucro e se lança no que tem taxa de lucro mais alta. Com essa migração ininterrupta, em suma, repartindo-se entre os diferentes ramos conforme sobe ou desce a taxa de lucro, o capital determina uma relação entre a oferta e a procura, de tal natureza que o lucro médio se torna o mesmo nos diferentes ramos (...) (Marx apud CARCANHOLO, 2012, p. 44).

O preço de produção é então um valor transformado que indica a parte apropriável pelo produtor na venda de suas mercadorias em uma situação hipotética onde há uma uniformidade das taxas de lucro nos diversos ramos da economia. Enquanto

(...) a magnitude do valor expressa o volume de riqueza capitalista produzida por um determinado capital, a magnitude do preço de produção expressa o volume apropriável naquelas condições (CARCANHOLO, 2012, p. 66).

Uma vez superada a suposição de que cada capital se apropria da mais-valia que produz Marx pode então, no Livro III, tratar da distribuição dos frutos da exploração capitalista dentro da sociedade. Essa distinção entre produção e apropriação que é quantitativa, para Carcanholo (1981) nos permite pensar a não identidade quantitativa que existe entre elas, ou seja, a transferência de valor.

1.3. Transferência de valor intrassetorial

...o *valor individual* de uma mercadoria é definido como o tempo de trabalho necessário ao produtor individual para produzi-la; o *valor social*, como o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção... (BORGES NETO, 2011, p. 89).

As mercadorias não são “vendidas” pelo seu valor individual, mas pelo seu valor social, que Marx chama de valor de mercado (no Livro III de “O

178 PEREIRA, L. P. Considerações sobre a transferência de valor... capital”). O autor propõe que todas as empresas de um mesmo ramo podem ser colocadas em uma série de acordo com o seu desenvolvimento técnico, das mais produtivas às mais atrasadas. As mercadorias produzidas nessas empresas, independente da forma como foram produzidas, serão vendidas no mercado pelo mesmo preço que é determinado, em teoria, pela média ou valor de mercado² (RUBIN, 1987).

Marx divide todas as empresas de um mesmo ramo em três tipos: com alta, média e baixa produtividade. As empresas com alta produtividade, ou seja, empresas cujo valor individual das mercadorias é inferior ao valor social (de mercado), realizam um lucro extraordinário; e as empresas com baixa produtividade, onde o valor individual de suas mercadorias é maior do que o valor de mercado, não conseguem realizar parte da mais-valia que produziram.

(...) o valor de mercado regulado pelos valores médios, de toda a massa é igual à soma de seus valores individuais; embora para as mercadorias produzidas nos extremos; esse valor se apresenta como valor médio que lhes é imposto. Neste caso os que produzem no extremo pior têm que vender suas mercadorias abaixo do valor individual; os que produzem no extremo melhor vendem-nas acima desse valor. (MARX, 1986, p. 142).

Assim as empresas que são mais produtivas se apropriam de parte da mais-valia não realizada nas empresas menos produtivas porque o valor individual de seus produtos é menor do que o valor social da mercadoria em questão.

“O capitalista que utiliza menos trabalho que a média em sua produção pode trocá-la por uma quantidade de valor (social) superior ao valor (individual) que lhe custou produzi-la” (LEITE, 2015, p. 8).

E assim se apropria de mais valor do que produziu, o que Marx chama de transferência de valor intrasectorial, uma vez que acontece entre empresas

² Não entraremos em detalhes quanto a formação do preço de mercado e como este é influenciado pela oferta e demanda e outros fatores externos ao ramo de produção da mercadoria. Para este trabalho limitar-nos-emos a discutir os mecanismos que permitem a transferência de valor dentro de um mesmo ramo do mercado.

que pertencem ao mesmo setor e vendem a mesma categoria de mercadorias.

14. Transferência de valor inter-setorial

N'O Capital Marx trata também da transferência de valor que ocorre entre empresas de ramos distintos, que possuem diferentes composições orgânicas de capital, devido à tendência à equalização das taxas de lucro.

Essa equalização das taxas de lucro entre diferentes esferas da produção acontece por causa da mobilidade do capital que permite que os investidores de uma esfera com taxa de lucro inferior transfiram seu capital e apliquem-no em outras esferas com taxas de lucro superiores, na busca por melhores condições de investimento.

Mediante essa contínua emigração e imigração, numa palavra, mediante sua distribuição entre as diversas esferas, conforme suba ou desça a taxa de lucro, ele ocasiona tal relação entre oferta e procura, que o lucro médio nas diversas esferas da produção se torna o mesmo... (MARX, 1986, p. 150).

Apesar de receberem taxas de lucro equalizadas para seus investimentos, os capitais aplicados em setores distintos com diferentes composições orgânicas de capital não produzem quantidades idênticas de valor. Isso porque o único produtor de valor, como já estabelecemos, é o trabalho humano.

A composição orgânica do capital (COC) é um conceito que indica a proporção entre a quantidade de capital constante (c) e a quantidade de capital variável (v) aplicada em uma determinada empresa ou ramo de produção.

$$COC = \frac{c}{v}$$

Como o capital variável – capital aplicado na contratação de mão-de-obra – é o único capaz de produzir valor³ quanto maior a sua proporção em um determinado ramo, ou seja, quanto menor a COC, maior a capacidade de produzir valor. No caso contrário, empresas com maior composição orgânica

3 O capital constante não cria novos valores, apenas transfere valor que já possui às mercadorias na medida em que se desgasta.

180 PEREIRA, L. P. Considerações sobre a transferência de valor... do capital utilizam menor quantidade de trabalho humano e produzem, com a mesma quantidade de capital, menos valor.

As empresas de setores tecnologicamente mais débeis, de menor produtividade, ao mobilizarem maior quantidade de capital variável (trabalho humano) produzem mais valor, mas ao entrarem no mercado obterão o lucro médio, assim como as empresas mais produtivas.

Isso implica que, valores produzidos por empresas de setores tecnologicamente mais atrasados serão transferidos para empresas de setores tecnicamente mais avançados. Como as novas tecnologias são produzidas principalmente nos países centrais, mais desenvolvidos, as empresas pertencentes a setores menos produtivos dos países dependentes não realizam parte do valor que produzem e este é então transferido para as empresas mais produtivas. Assim valores produzidos na periferia são transferidos para o centro devido às diferenças de produtividade entre os setores produtivos mais avançados e os mais atrasados.

Atualmente podemos dizer que a produção de mercadorias de alta tecnologia está descentralizada, sendo que países dependentes, ou subdesenvolvidos, da periferia do sistema capitalista também produzem mercadorias de alta complexidade e alta COC. Entretanto, estes o fazem com capital estrangeiro que adentra as fronteiras nacionais com facilidade e uma vez dentro do território nacional dos países dependentes se aliam ao capital nacional, por meio da obtenção de créditos com empréstimos ou parcerias com capitalistas privados nacionais, e podem então produzir mercadorias com alta tecnologia.

Observamos, porém, que há uma descentralização da produção de bens-mas não há uma descentralização do fluxo de capitais, que permanece na direção da da periferia para o centro uma vez que a produção dessas mercadorias com COC elevada acontece sob controle de estrangeiros e o lucro obtido é remetido aos seus países de origem, transferindo a transferência de valor.

2. Dependência e transferência de valor

A situação de dependência, como descrita pelos autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD) em seus primeiros trabalhos, configura a conjuntura econômica, social e política dos países dependentes que fica condicionada ao desenvolvimento e expansão de outros países (centrais). Para Theotônio dos Santos “...o conceito de dependência permite que vejamos a situação interna desses países como parte da economia global (DOS SANTOS, 2011a, p. 5-6).

(...) dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2011, p. 134-135).

Theotônio dos Santos explicita em seu artigo “A estrutura da dependência”⁴ (2011a) que o mercado mundial produz relações desiguais porque o desenvolvimento de algumas partes desse sistema (países dominantes) ocorre em detrimento de outras partes (países dependentes). Nesse sistema as relações de comércio baseiam-se em um controle monopólico do mercado pelos países dominantes que permite que estes extraiam dos países dependentes os excedentes por eles gerados. Isso acontece também por meio de relações financeiras que se baseiam em empréstimos e exportação de capital pelos países dominantes que lhes permitem receber juros e lucros dos países dependentes e exercer controle sobre sua economia.

Dos Santos (2011b) analisa também a contrapartida, ou seja, como os países dependentes podem permitir relações tão desvantajosas. Isso é possível porque os países dependentes conseguem produzir grandes excedentes superexplorando a força de trabalho local. Este é o fator fundamental do

⁴ Originalmente publicado em inglês: DOS SANTOS, T. Structure of Dependency. *The American Economic Review*, Vol. 60, No. 2, Papers and Proceedings of the Eighty-second Annual Meeting of the American Economic Association (May, 1970), pp. 231-236.

Marini inicia seu importante trabalho, “Dialética da Dependência”, originalmente publicado em 1973, com a integração dos países da América Latina no mercado mundial após a colonização, como países finalmente politicamente independentes de sua metrópole e que então passaram a gravitar em torno da Inglaterra, sem que houvesse entre eles qualquer interação, como exportadores de bens primários e importadores de produtos manufaturados.

O envio de bens primários da América Latina para os países centrais permitiu aos últimos especializarem-se na produção industrial, mas essa não foi a única vantagem que os países desenvolvidos obtiveram com essa troca. Com a importação de produtos primários, necessários à reprodução da força de trabalho, a preços mais baixos, os países centrais conseguiram diminuir o valor necessário para a manutenção e reprodução da força de trabalho em seus territórios, fazendo com que parte dos salários dos trabalhadores ficasse disponível para a aquisição de produtos manufaturados e aumentando o seu mercado consumidor interno. Vamos tratar essa questão de forma mais precisa a seguir.

Em primeiro lugar, é crucial esclarecer o mecanismo pelo qual a oferta de produtos primários no mercado mundial vem acompanhada pela queda nos preços desses produtos, enquanto os preços dos produtos manufaturados permanecem estáveis. Uma vez que é fato conhecido que não houve um aumento da produtividade dos produtos primários nas economias exportadoras, sabe-se que a desvalorização não pode vir dali. Verifica-se uma transferência de valor das economias dependentes para as economias desenvolvidas, que acontece por meio da deterioração dos termos de troca em benefício das últimas.

Os efeitos dessa troca desigual consistem em impelir os capitalistas latino-americanos a reforçar métodos para extrair o trabalho excedente. Para compensar esse valor cedido gratuitamente, os capitalistas latino-americanos recorrem ao incremento do valor trocado que acontece por meio do aumento da massa de valor produzida que pode ser conseguido de três formas: pela intensificação do trabalho, pela prolongação da jornada de trabalho ou pela diminuição dos salários abaixo do necessário para que o trabalhador consiga

repor sua força de trabalho. Isso consiste na superexploração da força de trabalho e, de acordo com Marini (2011), é a essência do capitalismo dependente.

Trata-se de um modo de circulação próprio aos países dependentes, onde a produção não depende da capacidade interna de consumo para existir e gerar lucros. Aparece, então, nos países dependentes, de uma maneira específica deles a contradição inerente ao capitalismo, a oposição entre capital e os trabalhadores, que são vendedores e compradores de mercadorias.

(...) os operários como compradores de mercadorias são importantes para o mercado. Mas, como vendedores de sua mercadoria — a força de trabalho — a sociedade capitalista tende a reduzi-los ao mínimo do preço. (MARX apud MARINI, 2011, s.p., nota nº 30).

Enquanto para os países centrais a participação da América Latina na economia mundial como exportadora de bens primários diminui os efeitos da contradição interna do capitalismo na América Latina os efeitos da mesma como economia exportadora agem no sentido de acentuar essa contradição.

O aumento dos lucros do capitalista leva ao aumento da demanda de produtos manufaturados supérfluos que só pode ser satisfeita por meio de importações. Esse consumo individual fundado no lucro é diferente do consumo individual fundado nos salários, que demanda bens produzidos localmente, da indústria tradicional. Ocorre então, uma cisão do mercado interno em dois, um que demanda bens manufaturados importados de alta complexidade e que possui renda cada vez maior e outro que demanda bens de consumo popular que possui renda cada vez menor.

A acentuação das relações de comércio com os países centrais na América Latina impediu a criação de um mercado consumidor fundado nos salários ao estimular a superexploração da força de trabalho. Sem demanda interna o mercado mundial se estabelece como única saída para a produção local e esta é então a condição de dependência em que se encontram os países da América Latina: têm uma economia voltada para fora e, para desenvolver sua produção dependem de investimentos externos cada vez mais abundantes que acentuam ainda mais sua condição de dependentes.

Na teoria marxista da dependência (TMD) a transferência de valores é um conceito chave. Ao entrar no mercado internacional os países dependentes o fazem submetidos à divisão internacional do trabalho e à transferência de boa parte dos valores que produzem para os países centrais. A transferência de valor age como um condicionante estrutural para os países dependentes (CARCANHOLO, M D, 2012) e a especificidade de suas economias, que Marini (2011) chamou de *sui generis* reside na necessidade de responderem aos “*distintos mecanismos de transferência de valor para o centro da acumulação mundial*” (CARCANHOLO, 2013, p. 93).

Trata-se então de um modo de circulação próprio aos países dependentes, em que a produção não depende da capacidade interna de consumo para existir e gerar lucros e aparece, nos países dependentes, de uma maneira específica deles a contradição inerente ao capitalismo, a oposição entre capital e os trabalhadores que são vendedores e compradores de mercadorias, ainda mais acentuada⁵.

Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada portanto sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização. Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital — a produção e a circulação de mercadorias (...) (MARINI, 2011, p. 155).

Enquanto, para os países centrais, a participação da América Latina na economia mundial como exportadora de bens primários diminui os efeitos da contradição interna do capitalismo, ao fornecer itens necessários a manutenção da classe trabalhadora a preços mais baixos e assim contribuir para a diminuição do valor da mão-de-obra, na América Latina os efeitos da mesma como economia exportadora agem no sentido de acentuar essa contradição por impedir a criação de um mercado consumidor.

⁵ (...) os operários como compradores de mercadorias são importantes para o mercado. Mas, como vendedores de sua mercadoria — a força de trabalho — a sociedade capitalista tende a reduzi-los ao mínimo do preço.”(MARX apud MARINI, 2011, p. 155).

Para Theotônio dos Santos (1970), a transferência de valores dos países dependentes para os países centrais leva os primeiros à perda do controle dos seus recursos produtivos na medida em que entram em um mercado mundial que produz relações desiguais e combinadas, em que as relações de comércio são baseadas no controle monopólico do mercado e as relações financeiras são baseadas em empréstimos e na exportação de capital, ambas desvantajosas para os países dependentes que veem parte da sua mais-valia ser exportada em pagamentos de juros, dividendos e repatriamento de lucros.

Essa dissociação entre a produção e a apropriação de valor foi tratada com especial atenção por Reinaldo Carcanholo (1981) que analisou a distinção entre a produção e a apropriação de valores de forma quantitativa e de forma qualitativa. Qualitativamente a distinção está na sua origem, enquanto os três fatores de produção (capital, terra e trabalho) constituem fontes de apropriação de riqueza pelos seus agentes, somente um deles, o trabalho, é fator de produção dessa riqueza. Já quantitativamente, a diferença é produto das relações de produção particulares do capitalismo produzidas historicamente, e é o fator que determina o surgimento da categoria de transferência de valor.

Em “Dialética da Dependência”, ensaio em que Marini (2011) discute os principais conceitos dessa teoria ainda em formação (TMD), a transferência de valor assume papel relevante. O autor identifica em seu texto dois mecanismos de transferência de valor dos países dependentes para os centrais, o primeiro pela diferença de produtividade e o segundo pelo monopólio dos setores com composição orgânica do capital (COC) mais alta. No primeiro o autor trata da mais-valia extra obtida pelas empresas do mesmo ramo que possuem maior produtividade por serem tecnologicamente mais desenvolvidas ao conseguirem produzir mercadorias com valor individual menor do que o valor de mercado. Como os países centrais possuem tecnologia mais avançada do que os países dependentes conseguem vantagens ao colocar seus produtos no mercado mundial e obtêm com eles parte do valor produzido nos países periféricos. Já o segundo mecanismo apresentado se refere à deterioração dos termos de troca, a transferência de valor no comércio entre mercadorias de classes distintas pertencentes a ramos com diferentes composições orgânicas de capital como

O autor busca o motivo da deterioração dos termos de troca, apontada por Prebisch (2000), refutando a tese de que se devem à lei da oferta e demanda, uma vez que ela não explica por que a oferta continua se expandindo mesmo com a queda dos preços. Marini não aceita também que a causa seja intervenções políticas ou militares internacionais que, apesar de existirem, são para ele resultado de uma base econômica anterior. Para ele os preços dos produtos primários exportados pelos países dependentes caem porque, na sua troca por produtos finais produzidos pelos países desenvolvidos, parte do valor por eles produzido é transferida. Isso ocorre porque os produtos primários são de produção com COC mais baixa, ou seja, empregam capital constante (c) em menor proporção que empregam capital variável (v), e por isso utilizam maior quantidade de força de trabalho (FT) na produção de suas mercadorias, e, evidentemente, produzem mais valor⁶. Em um mercado competitivo essa situação já bastaria para que ocorresse transferência de valor dos países dependentes para os centrais, entretanto, há ainda o fator monopólio, uma vez que os países centrais são os únicos que possuem tecnologia avançada.

... o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. (MARINI, 2011, p.145).

Amaral (2012), seguindo o pensamento de Marini (2011), afirma que as transferências de valor da periferia para o centro provocam, nos países dependentes, uma interrupção da acumulação interna de capitais que precisa ser completada pela geração de mais excedentes. Para Marini (2011), a resposta dos capitalistas dos países periféricos a essa situação é a superexploração do trabalhador local. Para compensar o valor cedido, os capitalistas latino-americanos recorrem ao incremento do valor trocado, que acontece por meio do

⁶ Na teoria marxista do valor o trabalho humano abstrato é o único criador de valor, logo, quanto mais trabalho mais valor. Pelo mesmo motivo o aumento da produtividade não aumenta a produção de valor.

aumento da massa de valor produzida e que pode ser conseguido de três formas: pela intensificação do trabalho; pela prolongação da jornada de trabalho ou pela diminuição dos salários abaixo do necessário para que o trabalhador consiga repor sua força de trabalho. Utilizando-se desse expediente os capitalistas dos países dependentes minam a formação de um mercado nacional reproduzindo a condição de dependência e impedindo que os países dependentes se desenvolvam.

Theotônio dos Santos reconhece três momentos históricos da dependência dos países latino-americanos:

(...) podemos distinguir (1) a dependência colonial, a exportação comercial in natura, na qual o capital comercial e financeiro, em associação com o Estado colonialista, dominava as relações econômicas dos europeus e das colônias, por meio de um monopólio comercial complementado pelo monopólio colonial da terra, das jazidas e da força de trabalho (servil ou escrava) nos países colonizados. (2) A dependência financeiro-comercial, que se consolidou ao final do século XIX, caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos, e sua expansão no estrangeiro mediante o investimento na produção de matérias-primas e produtos agropecuários para consumo nos centros hegemônicos, e sua expansão no estrangeiro mediante o investimento na produção de matérias-primas e produtos agropecuários para consumo nos centros hegemônicos. Desenvolveu-se nos países dependentes uma estrutura produtiva dedicada à exportação de tais, gerando aquilo que a CEPAL qualificou de “desenvolvimento voltado para fora”. (3) No período pós-guerra, consolidou-se um novo tipo de dependência, baseado em corporações multinacionais que começaram a investir em indústrias voltadas ao mercado interno nos países subdesenvolvidos. Esta forma de dependência é basicamente a dependência tecnológico-industrial.

(...)

Cada uma dessas formas de dependência corresponde a uma situação que condicionou não apenas as relações internacionais desses países, mas também suas estruturas internas: a orientação da produção, as formas de acumulação

de capital, a reprodução da economia e, simultaneamente, sua estrutura social e política. (DOS SANTOS, 2011a, p. 7-8).

Seguindo esse pensamento, Marisa Amaral, em sua tese de 2012, propõe uma atualização da Teoria da Dependência analisando a nova forma de dependência que surge com a financeirização do mercado mundial, e contrapondo-a com as outras formas apresentadas por Theotônio dos Santos ao classifica-las pelos tipos de transferência de valor dominantes. Esse movimento de financeirização do mercado, que teve início nos países centrais, passa a se generalizar nos países periféricos em virtude da necessidade de atração do capital internacional para sua industrialização, que se deu a partir dos anos 1970, trazendo para esses países uma reestruturação produtiva marcada pela especialização e reprimarização da economia.

Que a nova situação implica a perda de controle sobre seu mercado interno, e mesmo da elaboração de políticas econômicas, pelos países periféricos é fato conhecido, mas precisamos pensar se essa condição de dependente age ainda da mesma forma como aquela estudada no Chile e no México pelos teóricos marxistas

Ao contrário do pensamento desenvolvimentista das décadas anteriores, que buscava a substituição de importações para diversificação da produção, maior controle do Estado sobre a economia e proteção dos mercados internos, as novas regras buscavam a abertura de mercados e a reafirmação do papel do Estado, como garantidor dos direitos de propriedade e do controle das massas, agora para atrair o capital internacional.

Amaral (2008) aponta para as mudanças que ocorreram com a financeirização da economia mundial e como as formas de dominação dos países centrais acompanharam essas mudanças para continuar extraindo excedentes de forma eficiente das regiões periféricas.

O capital estrangeiro que adentrou os países da América Latina trouxe como efeito colateral um grande endividamento externo que implicou o envio de parte do valor produzido dentro das economias nacionais para os países desenvolvidos. Com sua presença surgem também novas formas de

transferência de valor para além das já citadas (comércio entre produtores de mercadorias com maior ou menor composição orgânica do capital) por meio do repatriamento de lucros, pagamento de royalties entre outros mecanismos de extração de excedentes.

A nova condição de dependência está ligada ao crescimento da fragilidade financeira e, conseqüentemente, da vulnerabilidade externa nos países periféricos e ao aprimoramento dos mecanismos de transferência de valor dos países dependentes para os países centrais.

3, Formas de transferência de valor

Como já afirmamos anteriormente, a transferência de valor é a característica estrutural que mantém os países latino-americanos dependentes dos países centrais, uma vez que faz com que o valor produzido em seus territórios seja permanentemente drenado para os países centrais. E, se no período colonial estes valores eram simplesmente coletados pelas metrópoles de forma direta, pelo uso da violência, após o processo de independência os envios de recursos para fora passaram a ocorrer de outras formas menos óbvias.

Uma dessas formas é a troca desigual, um mecanismo de extração de valor dos países menos desenvolvidos apontada pela primeira vez por Raúl Prebisch (2000), que, ao analisar os dados de comércio da América Latina, percebeu que com o passar do tempo a relação entre os preços de produtos primários e finais não permanecia a mesma, mas se tornava cada vez mais desvantajosa para os países subdesenvolvidos. Para Marini (2011), o fato de algumas nações produzirem produtos manufaturados que não podem ser produzidos com a mesma facilidade por outras nações menos desenvolvidas permite troquem seus produtos por valores maiores que os valores equivalentes, ainda que menores que a média social. Este mecanismo também permite a estes países se apossarem de parte do valor produzido na periferia do sistema e, diante disso, entendemos que países cujo comércio com o exterior é formado pela exportação de bens que envolvem o uso de tecnologia menos avançada em

190 PEREIRA, L. P. Considerações sobre a transferência de valor... sua produção ficam então em desvantagem no que se refere aos termos de troca.

As transferências de valor dos países dependentes para os países dominantes podem acontecer também por meio do pagamento de juros de empréstimos tomados pelos seus governos para cobrir os déficits da balança comercial – com o lançamento de títulos da dívida no mercado pagando juros muito altos por conta da baixa credibilidade e altos riscos (AMARAL, 2008) – ou por residentes para ampliação e estabelecimento de novos negócios, do repatriamento dos lucros obtidos com Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) que podem ter sido utilizados na compra de empresas nacionais ou estabelecimento de novas empresas no país que permanecem como propriedade de não residentes; do pagamento de royalties para utilização de tecnologias estrangeiras – uma vez que o desenvolvimento tecnológico nos países dependentes é insuficiente para alcançar a produtividade dos países desenvolvidos e que, para estabelecerem negócios competitivos, os residentes têm que adquirir meios de produção importados. Enquanto a questão da transferência de valor está bastante clara nas operações do governo com o pagamento de juros sobre empréstimos realizados no exterior, o mesmo não acontece nas operações realizadas por capitalistas individuais nos Investimentos Estrangeiros Diretos.

Esses fluxos de capital que adentram os países dependentes são investimentos que seguem a lógica capitalista de reprodução do capital, o que na América Latina significa a lógica de extração de excedentes por meio da transferência de valor. O IED chega a esses países buscando novos mercados e recursos para obter maiores lucros que serão posteriormente repatriados.

Politicamente, o IED atua na manutenção e reprodução da dependência, uma vez que busca retirar do país receptor mais do que investir. Essa lógica fica clara quando observamos as medidas tomadas pelos países dependentes que pretendem atraí-lo por meio de políticas de abertura econômica que facilitam a entrada e saída de capital.

Neste trabalho buscamos analisar as diversas formas pelas quais as transferências de valor ocorrem dos países dependentes em direção aos países centrais. Para isso dividimos as transferências de valor em três tipos (ou categorias): a) por meio do comércio internacional; b) por meio de ações

governamentais; c) por meio de transferências diretas de capital. São três categorias, por nós elaboradas, que dividem as transferências de valor de acordo com o ator/instituição que a torna possível (mercado, governo e capitalistas individuais) e que especificamos a seguir.

(A) Por meio do mercado

Uma das formas como se dá a transferência de valor dos países dependentes para os países centrais é quando empresas de diferentes ramos, com diferentes composições orgânicas de capital e diferentes níveis de produtividade colocam seus produtos no mercado mundial. Apesar de se tratar de uma situação que envolve análises de alto nível de abstração que não podem ser observadas diretamente, podemos verificar por meio de dados macroeconômicos que a situação dos países dependentes no comércio internacional é de inferioridade.

Como os países centrais possuem tecnologia mais desenvolvida que os países periféricos suas empresas entram no mercado com vantagens e conseguem absorver parte do valor produzido nas empresas dos países dependentes⁷. É também nessa categoria que se encontram as transferências de valor por meio das trocas desiguais, como apontadas por Prebisch (2000)⁸.

(B) Por meio do governo

Outro meio de transferência de valor das economias dependentes para as centrais são as operações do governo, onde este busca capital internacional em empréstimos e ajuda financeira com altas taxas de juros que elevam seus índices de endividamento externo aumentam a parte dos valores produzidos no país que é enviado para fora. Quanto maior o montante que os países tomam em empréstimo, e quanto maiores as taxas de juros que são aplicadas nessas

⁷ Como apontamos no primeiro item desse artigo

⁸ Prebisch afirma que na fase ascendente os preços dos produtos primários sobem mais intensamente do que os preços dos produtos finais e o lucro é canalizado para a periferia, enquanto na fase descendente os preços primários caem ainda com mais intensidade em relação aos preços finais e, ao longo dos ciclos, os dois acabam se distanciando progressivamente fazendo com que a remessa de lucros dos países periféricos para os centrais seja maior do que o oposto (PREBISCH, 2000).

192 PEREIRA, L. P. Considerações sobre a transferência de valor... operações, maiores são os valores transferidos dos países tomadores de crédito para os países credores por meio do pagamento de juros ao longo dos anos..

(C) Por meio de capitalistas privados

O terceiro ator em nossa proposta de classificação são os capitalistas privados, investidores particulares estrangeiros e residentes que aplicam seu capital no país e transferem as rendas obtidas com este para o exterior impedindo que os lucros gerados permaneçam no território em que foram gerados e sejam reinvestidos para seu

Esses fluxos de capital que adentram os países dependentes são investimentos que seguem a lógica capitalista de reprodução do capital, o que na América Latina significa a lógica de extração de excedentes por meio da transferência de valor. O IED chega a esses países buscando novos mercados e recursos para obter maiores lucros que serão posteriormente repatriados. Nesse sentido, politicamente, o IED atua na manutenção e reprodução da dependência, uma vez que busca retirar do país receptor mais do que investir. Essa lógica fica clara quando observamos as medidas tomadas pelos países dependentes que pretendem atraí-lo por meio de políticas de abertura econômica que facilitam a entrada e saída de capital.

Para Magalhães (2009) a essência do IED é a extração de recursos econômicos e naturais dos países dependentes ou forma sistemática por meio de uma acumulação prévia utilizada como adiantamento para uma acumulação posterior, normalmente maior.

O IED, enquanto fenômeno, formação material, é a manifestação visível de uma transferência de capital que parte dos países centrais e da qual apenas uma pequena parte se dirige aos países dependentes. Mas a atividade deste fenômeno, desta formação material, dá-se com o encobrimento da essência por parte da aparência: transfere-se um capital que fora previamente acumulado, e o utiliza para uma acumulação ulterior, a qual é então enviada aos países centrais, estes manipuladores principais, mas não imediatos, do processo de drenagem de recursos, sob a

Dentro do território nacional do país dependente essa situação tem efeitos perversos, uma vez que o empresariado nacional e as altas classes que definem os rumos políticos do país passam a agir para promover condições cada vez mais atrativas para o capital externo e com isso obter vantagens econômicas pela sua aplicação no país às custas do bem-estar da população em geral. O capitalismo dependente associado, da forma como proposto por Cardoso e Faletto (1970) parece ter tomado conta da política nacional e no Brasil vemos hoje, de forma cada vez mais agressiva, grupos comandados pela elite nacional ameaçando os direitos dos trabalhadores, das minorias indígenas, de afrodescendentes, das mulheres etc., para garantir caminho livre ao empresariado internacional que deseja fazer de todo o mundo subdesenvolvido seu parque industrial de baixo custo.

CONCLUSÃO

A transferência de valor em suas várias formas produz no país dependente uma nova forma de organização social, onde as classes sociais mais elevadas se organizam para obter lucros com o sistema que esse contexto econômico e social estabelece promovendo a intensificação das transferências de valor em todas as formas apresentadas, sempre que isso estiver ao seu alcance.

Dentro do território nacional do país dependente essa situação tem efeitos perversos, uma vez que o empresariado nacional e as classes sociais mais elevadas, que definem os rumos políticos do país, passam a agir para promover condições cada vez mais atrativas para o capital externo e com isso obter vantagens econômicas pela sua aplicação no país às custas do bem-estar da população em geral.

Esse capitalismo dependente associado, da forma como discutido/ proposto por Cardoso e Faletto (1970) parece ter tomado conta da política nacional e, no Brasil, vemos hoje de forma cada vez mais agressiva grupos comandados pela elite nacional ameaçando os direitos dos trabalhadores

194 PEREIRA, L. P. Considerações sobre a transferência de valor... e das minorias (indígenas, afrodescendentes, mulheres etc.), para garantir caminho livre ao empresariado internacional que deseja fazer de todo o mundo subdesenvolvido seu parque industrial de baixo custo.

Concluimos o trabalho reafirmando que as transferências de valor são a característica estrutural que mantém os países latino-americanos dependentes de investimentos externos, não sendo uma exceção que atinge os países periféricos, pelo contrário, são a base do capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. **Manual de Economia Política**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/manual/index.htm>. Acesso em: 13 jul. 2017.

AMARAL, M. S. **A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13499>. Acesso em: 23 jun. 2017.

AMARAL, M. S. . Uma nova fase do capitalismo e um novo padrão de dependência na América Latina?: elementos para uma investigação. In: Andréia Galvão; Elaine Amorim; Júlia Gomes e Souza; Leandro Galastri. (Org.). **Capitalismo: crises e resistências**. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012a.

AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. 2012b. Tese (Doutorado em Economia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

BORGES NETO, J. M. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.33, p.83-104, 2011.

BORGES NETO, J. M. As várias dimensões da lei do valor. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, n. 14(3), p. 143-158, 2004.

CARCANHOLO, R.A. **La transferencia de valor y el desarrollo del capitalismo en Costa Rica**. Tese de Doutorado. 1981. México, Universidad Nacional Autónoma de México.

CARCANHOLO, R. A. **Elementos básicos da teoria marxista do valor**. Campinas: Centro de Estudos Marxistas, 2005. Anais.

CARCANHOLO, R. A. **Capital: essência e aparência**. Volume 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARCANHOLO, M. D. O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência. **Trab. Edec. Saude**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 191-205, 2013.

CARDOSO, F. H., FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970

DOS SANTOS, T. A estrutura da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 30, p. 5-18, 2011a.

DOS SANTOS, T. **Imperialismo y dependência**. Caracas: Fundacion Biblioteca Ayacucho, 2011b.

DOS SANTOS, T. Structure of Dependency. **The American Economic Review**, Vol. 60, No. 2, Papers and Proceedings of the Eighty-second Annual Meeting of the American Economic Association (May, 1970), pp. 231-236.

LEITE, L. M. Mais-valor extra enquanto transferência de valor: pistas para compreender o (sub)imperialismo. **Seminário Marx e o marxismo: insurreições, passado e presente**. Niterói-RJ. 2015. Anais... Niterói-RJ: CEMARX, 2015.

LEITE, L. M. . Uma polêmica sobre o Livro I do Capital de Marx: produtividade, trabalho potenciado e transferência de valor. **Blog Esquerda Online**, 2 nov. 2015. Disponível em: <https://blog.esquerdaonline.com/?p=5765>. Acesso em: 14 dez. 2017.

MAGALHÃES, L. F. A. **O Investimento Estrangeiro Direto (IED) na América Latina: elementos para uma análise totalizante**. Monografia. Universidade Federal de Santa Catarina. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123581>. Acesso em: 23 jun. 2017.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.) **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, K. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013

MARX., K. **Obras escolhidas**. Livro III. Tomo III. Lisboa: Edições Avante, 1982.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RUBIN, I. I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

SOJA, E. Uma concepção materialista da espacialidade, In: BECKER, B. et. al. **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

WORLD DEVELOPMENT INVESTMENT (WDI). **World bank open data**. Dispo nível em: <https://data.worldbank.org/indicator/BM.KLT.DINV.CD.WD>. Acesso em: 14 dez. 2017.